

Crescimento econômico e instituições: uma perspectiva analítica heterodoxa ou uma nova ontologia evolucionária?*

Octavio Augusto Camargo Conceição**

Economista da FEE

Resumo

Este artigo trata da visão teórica dos institucionalistas sobre crescimento econômico. Para eles, o referido processo deve ser inserido em um ambiente evolutivo, incluindo mudanças de hábitos, rotinas e padrões de comportamento. Tal enfoque contrasta com a visão teórica do “mainstream”. A questão que se discutirá neste texto é se o avanço obtido por esse enfoque, na agenda de pesquisa contemporânea, ocorreu por incluir elementos de análise heterodoxos ou por incluir uma nova ontologia. Por conta disso, procurar-se-á discutir os fundamentos da heterodoxia, segundo Tony Lawson e alguns aspectos do realismo crítico, seguindo proposição de Castellacci. Contrapondo-a com Hodgson, buscar-se-á demonstrar que os avanços na referida agenda derivam não de seu caráter heterodoxo, nos moldes propostos por Lawson, mas por constituir-se em uma nova ontologia derivada do pensamento evolucionário de Veblen.

Palavras-chave

Crescimento econômico; economia institucional; economia evolucionária.

Abstract

This paper deals with the theoretical institutionalist view of economic growth. According to this view, such a process should be inserted in an evolutionary environment, which includes new habits, routines and behavior which contrasts with the mainstream. What we intend to discuss in this paper is whether the

* Artigo recebido em fev. 2010 e aceito para publicação em jul. 2010.

** E-mail: octavio@fee.tche.br

advances brought by this view occurred due to the inclusion of heterodox features or due to a new ontology. Next we discuss the heterodox basis according to Tony Lawson and some derivative points of the critical realism as proposed by Castellacci. We will confront Lawson's view with the contribution of Hodgson who shows that the advances of this approach are not due to its heterodox character, but to a new ontology derived from the evolutionary thought of Veblen.

Key words

Economic growth; Institutional Economics; Evolutionary economics.

Classificação JEL: B41, B52, O30.

Ao invés de tratar a macroeconomia como uma ampliação do indivíduo representativo, a estrutura tem que ser introduzida em uma população de indivíduos heterogêneos.

Esta é outra porta aberta para a análise institucional.”

(Hodgson, 2007, tradução nossa)¹

“Esses e outros elementos similares coincidem com uma possível mudança de gestalt nas ciências sociais, fora das concepções de mudança incremental e equilíbrios, onde tudo potencialmente colide com tudo, para uma noção de interconectividade limitada dentro de sistemas sociais essencialmente compostos de estruturas e processos algorítmicos de regras.”

(Hodgson, 2006, tradução nossa)²

¹ No original: “Instead of the macro economy being treated as a magnified representative individual, social structure has to be introduced in a population of heterogeneous individuals. This is another open door for institutional analysis” (Hodgson, 2007).

² No original: “These and similar elements elsewhere coincide with a possible gestalt shift in the social sciences, away from conceptions of incremental change and equilibria, where everything potentially impinges on everything else, to a notion of limited interconnectedness within social systems essentially composed of structures and algorithmic processes of rules” (Hodgson, 2006).

Alguns artigos recentes, publicados principalmente em **Journal of Economic Issues**, **Cambridge Journal of Economics**, **Industrial and Corporate Change** e **Journal of Institutions Economics**, têm destacado a estreita relação entre o processo de crescimento econômico e o papel das instituições. Tais estudos tratam não apenas de estabelecer a relação de causalidade entre ambos, que muitas vezes é ambígua, mas em explicitar novos nexos conceituais, que permitam esboçar uma teorização preliminar e apreciativa sobre a natureza dessa relação (Nelson, 2002; 2008; Hodgson, 2002).

Esse tema é um dos mais complexos e desafiadores da teoria econômica contemporânea. Sua formalização como uma trajetória preestabelecida rumo ao *steady state* (Solow, Novos Clássicos ou Novos Keynesianos) ou sua compreensão como um processo instável, sinuoso e incerto (institucionalistas, neoschumpeterianos, pós-keynesianos) não esgotam a riqueza analítica creditada a tão complexo tema.

Muito tem sido enfatizado no debate econômico contemporâneo sobre a estreita vinculação entre crescimento econômico e sua dependência do marco institucional vigente no país ou na região. Alusão a essa relação é feita pela contribuição neoschumpeteriana (Freeman, Perez, Freeman e Louçã, Nelson, Dosi, Metcalfe) e pelas correntes institucionalistas (Hodgson, Rutherford, North, Williamson). Não se duvida nem se questiona a validade da causalidade entre ambas, que tem um caráter biunívoco. Um se alimenta do outro de maneira interativa e relativamente imprevisível.

O que se quer enfatizar aqui é que houve muitos avanços nesses pontos. E os mesmos vêm consolidando a importância da contribuição do Antigo Institucionalismo Norte-Americano, que tem nos estudos de Veblen, mas também em Commons e Mitchell, suas principais fontes de referências. Isso contrasta com o debate contemporâneo, que tem seu núcleo teórico na designada Nova Economia Institucional (NEI).

Julga-se, assim, que muito do sucesso da construção de um quadro institucional compatível com uma trajetória de crescimento econômico é oriundo do processo histórico, social e cultural que o gerou. Essa hipótese harmoniza-se com o referencial analítico do Antigo Institucionalismo. Portanto, nem sempre é verdadeira a assertiva segundo a qual uma “eficiente” e “consistente” política macroeconômica, sintonizada com os cânones neoclássicos, é garantia segura para a obtenção de uma trajetória “ótima” de pleno emprego e equilíbrio de longo prazo.

Este texto tentará demonstrar que crescimento econômico: (a) é um processo complexo demais para ser expresso através de formalizações centradas em um restrito elenco de variáveis passíveis de mensuração; (b) é um processo onde importam as relações de mútua causalidade, que Myrdal designou de

causação circular, onde o papel das firmas, das decisões individuais e das instituições é decisivo; (c) é um processo onde a história e as mediações culturais também têm importância; e (d) é um processo onde noções de otimalidade e *steady state* dificilmente serão alcançáveis em um horizonte de longo prazo, dada a incerteza e as instabilidades inerentes ao processo de decisão capitalista de produzir.

Esses fatores sugerem que a compreensão do processo de crescimento econômico tem maior proximidade teórica com o campo heterodoxo do que com o ortodoxo. Se tal assertiva for verdadeira, caberia, então, explicitar em que consiste a heterodoxia, qual sua natureza ontológica em oposição à ortodoxia e por que se faz necessário o abandono do individualismo metodológico como pressuposto central. Ao assim proceder, entende-se que o processo de crescimento econômico deve ser compreendido sob uma perspectiva evolucionária. Mais ainda: sob essa perspectiva, o papel do indivíduo não pode ser visto como inerte, imutável e passivo, já que são suas decisões, tomadas sob incerteza e em um ambiente permeado de instabilidades, que criam condições para o avanço tecnológico e a consequente transição para o paradigma tecnológico que abrigará possíveis trajetórias de crescimento econômico.

Daí a importância do pensamento de Veblen e dos seguidores do Antigo Institucionalismo, pois, para eles, são esses indivíduos e as instituições que o rodeiam que exercem o poder de criar o ambiente evolucionário adequado ao avanço do processo econômico em toda sua magnitude. Mas, reiterando mais uma vez, tal proposição somente tem sentido lógico e teórico se houver uma ruptura canônica com os princípios do individualismo metodológico, o que esbarra, necessariamente, na proposição de uma ontologia evolucionária compatível com esses preceitos. Essa é a proposição deste texto.

Para tanto, o artigo será dividido em cinco partes. Na primeira, discutir-se-á a relação entre crescimento, instituições e o processo evolutivo. Na segunda, subdividida em dois itens, debater-se-á a natureza do pensamento heterodoxo, a partir da contribuição de Tony Lawson. No primeiro item, será apresentada uma ontologia do realismo crítico segundo Castellacci e, no segundo, será discutido o questionamento de Hodgson aos pontos levantados por Lawson para identificar-se o pensamento heterodoxo. Na terceira parte, examinar-se-á a moderna noção de evolução e os princípios darwinianos que levam à auto-organização, retomando sua vinculação com Veblen. Na quarta, discutir-se-ão as características de uma ontologia evolucionária diferenciada a partir de Veblen. No final, serão estabelecidas algumas considerações.

1 Crescimento econômico, instituições e evolucionismo

Alguns artigos, como o de Jameson (2006), afirmam que o institucionalismo venceu o debate sobre desenvolvimento econômico. A novidade em tal afirmação é que ela é reinterpretada “fora” dos cânones do *mainstream*, que a vê como resultante de uma eficiente e única estratégia liberalizante, omitindo a contribuição dos institucionalistas e evolucionárias sobre o tema.

Jameson (2006), ao contrário, sugere que, apesar da forte influência da NEI sobre os estudos do FMI (como a Conference on Second Generation Reforms e sua ressonância no World Development Reform de 2002 e a repercussão desde os anos 70 do institucionalismo sobre o conteúdo do Handbook of Development Economics), é a compreensão da economia, como definida por Philip Klein, enraizada nas correntes institucionalistas herdeiras do “velho” institucionalismo de Veblen e Commons, que vem ganhando importantes adeptos no debate contemporâneo. Segundo essa tradição, a economia é um sistema que “[...] inclui um corpo de conhecimento e habilidades e um estoque de equipamento físico; e também inclui uma complexa rede de relações pessoais realimentadas pelos costumes, rituais, sentimentos e dogmas” (Klein, 1977, p. 789 apud Jameson, 2006, p. 369, tradução nossa)³.

Saliente-se, novamente, que tal institucionalismo não é o mesmo do Banco Mundial, que privilegia apenas as denominadas “instituições de mercado”, onde as organizações, as instituições e as restrições de política econômica atuam em consonância com o modelo neoclássico. Para Jameson (2006, p. 369, tradução nossa): “[...] uma instituição, o mercado, mantém o foco das instituições financeiras internacionais tais como o Banco Mundial”.⁴ Entretanto, apesar desse enfoque, o institucionalismo permanece central no pensamento sobre desenvolvimento, o qual contempla a evolução institucional com grande variedade e complexidade. Para Jameson, aspectos relevantes do velho institucionalismo de Veblen, adicionados ao “novo institucionalismo” de North, vêm constituindo uma pragmática combinação de construções e *approaches* dos primeiros, com avanços epistemológicos e metodológicos dos últimos, que permitiram avançar em novas questões, que ele designa de “moderno institucionalismo do

³ No original: “[...] embraces a body of knowledge and skills and a stock of physical equipment; it also embraces a complex network of personal relations reinforced by custom, ritual, sentiment, and dogma” (Klein, 1977, p. 789 apud Jameson, 2006, p. 369).

⁴ No original: “[...] [o]ne institution, the market, remains the focus of the international financial institutions such as the World Bank” (Jameson, 2006, p. 369).

desenvolvimento”. Segundo esse autor, foram os desafios à compreensão do processo de desenvolvimento e a resistência ao reducionismo que constituíram as raízes da moderna contribuição institucionalista. Essa passou a ocupar-se tanto da compreensão do referido processo, quanto das políticas e dos processos que possam orientar iniciativas de desenvolvimento (Jameson, 2006, p. 370).

Tal perspectiva analítica revela que a noção de crescimento econômico (teoricamente vinculada à noção de desenvolvimento) passa pela ideia de mudança e transformação estrutural. Nesse sentido, a direção da mudança tem estruturalmente uma dimensão sistêmica. É impensável uma mudança no plano microeconômico, sem que se conceba sua difusão também no plano meso e macroeconômico.

Há, portanto, uma vinculação entre a ideia de mudança e de movimento com a noção de tempo e de dinâmica, que imediatamente explicitam o nexo entre processo de crescimento e evolução. É impossível conceber-se o processo de crescimento econômico sem inseri-lo em uma perspectiva evolutiva ou evolucionária. Daí a importância das abordagens que contemplam tais perspectivas, como o fazem os neoschumpeterianos e as vertentes institucionalistas, principalmente no campo do Antigo Institucionalismo.

Esses elementos evolucionários realçam um novo enfoque interpretativo sobre a natureza do processo de crescimento econômico (visto de forma evolutiva). Isso remete à próxima questão: é possível tratá-la no âmbito do mainstream ou é necessário romper com o mesmo? Tal objeto analítico tem raízes heterodoxas? A resposta é sim; mas antes é preciso definir-se o que se entende por heterodoxia.

Na sequência, procurar-se-á explicitar em que consiste a natureza do pensamento heterodoxo, para então tentar responder em que medida se deu o avanço do institucionalismo: se por pertencer ao campo heterodoxo ou por constituir um novo *approach* teórico evolucionário, no qual o papel dos indivíduos e seus hábitos são decisivos.

2 Crescimento e institucionalismo: objeto heterodoxo?

A definição de “o que é e o que não é” objeto de análise teórica heterodoxa é alvo de discussões que sempre se fizeram presentes na teoria econômica e no campo da economia política. Marx já, em **O Capital**, distinguia os fundamentos de uma economia política “burguesa” de uma economia política “científica”. Lá, sugeria que o que distinguia uma da outra era a vinculação e consequente crença e fé nos mecanismos automáticos de regulação pelo mercado. Advogava que

tais fundamentos eram — ao contrário de objeto de uma fé cega nos dotes metafísicos da mão invisível — inventados e manipulados pelos homens, o que conferia um caráter antagônico, conflituoso e competitivo de busca pela apropriação do excedente, oriunda da própria atividade econômica humana. Tal argumento estabelecia, assim, a base sobre a qual se erigiram as formas de ação coletiva, as regras de comportamento e de convívio social com o ambiente de conflito, passíveis de serem “reguladas” no âmbito do processo de gestão do trabalho humano. Extraíram-se daí os fundamentos do arcabouço institucional, que daria sustentação ao processo de acumulação de capital e ao notável avanço industrial e tecnológico do século XX. Tal perspectiva converge com o campo de pesquisa institucionalista, que tem uma natureza heterodoxa, face à crítica explícita de Veblen à ortodoxia, que tratava o *homo economicus* como inerte, imutável e passivo (Hodgson, 1997; Veblen, 1898).

A questão é explicitar em que consiste a referida natureza heterodoxa. Inúmeros autores têm-se ocupado dessa questão nos últimos anos e não caberia listá-los. Ocupar-nos-emos aqui da interpretação de Lawson (2006), que afirma que houve recentemente uma numerosa expansão de atividades de pesquisa em economia nas áreas designadas de heterodoxas. Como exemplo, tem-se a formação da *Association for Heterodox Economics* (AFHE).

A heterodoxia vem-se constituindo em uma espécie de guarda-chuva que encobre uma série de diferentes projetos ou tradições. Todos, entretanto, distinguem-se da ortodoxia pela importância central da ontologia. As várias tradições heterodoxas modernas distinguem-se pelos diferentes compromissos, que especificam as substantivas teorias, as políticas de mensuração ou as técnicas ou unidades básicas de análise. A economia heterodoxa inclui vários projetos ou tradições, que vão desde os pós-keynesianos aos (velhos) institucionalistas, feministas, marxianos, austríacos e economistas sociais, entre outros. Em linhas gerais, a natureza da pesquisa heterodoxa é caracterizada pelos seguintes pontos:

- a) um conjunto abstrato ou teórico nitidamente recorrente de temas e ênfases em uma específica tradição;
- b) uma multiplicidade de tentativas, dentro de cada tradição, em teorizar sobre seus temas específicos e formar posições políticas; ou para determinar as principais unidades de análise dentro da mesma; ou para definir princípios metodológicos específicos. Os resultados são frequentemente apresentados com uma postura política/teórica, unidades básicas de análise ou princípios metodológicos alternativos ao *mainstream*;
- c) um reconhecimento que é impossível gerar-se concordâncias, dentro de uma tradição heterodoxa, sobre teorias e políticas alternativas

específicas, posturas metodológicas específicas e o reconhecimento de que o único campo comum, dentro de qualquer tradição, é uma oposição ao *mainstream* ou à ortodoxia “neoclássica”.

Lawson (2006, p. 484) enfatiza que todos os referidos elementos estariam presentes nas análises pós-keynesianas, bem como em todas as demais tradições heterodoxas⁵.

Por outro lado, o moderno projeto do *mainstream* consiste na proeminência de quatro teses centrais, que são alvos de crítica. A primeira é que seus respectivos projetos de pesquisa defendem o sistema econômico corrente, assumindo, por isso, um caráter ideológico. A segunda é a construção de um modelo teórico especificado de forma a assegurar que os resultados alcançáveis sejam ótimos. Isso se assenta na hipótese de que os comportamentos individuais são otimizadores, o que implica incorporar a tradição ortodoxa de tratar os indivíduos como agentes, que atuam de forma independente um do outro. Esse ponto contrasta fortemente com os argumentos levantados por Veblen em toda sua obra.

Além desses dois aspectos, persiste no referido projeto uma forte inclinação à matematização, o que sugere sua aplicação em qualquer situação e lugar. Em outras palavras, a economia heterodoxa rejeita o “reducionismo metodológico”, na medida em que os modelos formalísticos nem sempre são apropriados. Essa é a razão que leva Lawson a propor que a diferença entre heterodoxia e *mainstream* seja de natureza “ontológica”. Ao definir ontologia como o estudo ou uma teoria sobre a natureza básica e a estrutura de campo (um domínio) da realidade, Lawson, parafraseando Marx, salienta que os reagentes microscópicos e químicos não são apropriados para a análise das formas econômicas. Há métodos de análise apropriados para um tipo de matéria e outros não. O mesmo se diz para os métodos matemáticos, que seriam inapropriados para determinadas situações sociais.

A terceira tese central é a de que o pressuposto ontológico implícito no moderno projeto de pesquisa do *mainstream* aponta para uma visão de mundo oposta à contribuição heterodoxa. O método formalístico do primeiro requer, para sua aplicação, a existência de “sistemas fechados”, através dos quais

⁵ Referindo-se ao “velho” institucionalismo, Lawson salienta que o mesmo tem sido definido em termos de um conjunto-chave de princípios teóricos e metodológicos ou contribuições que apresentam grandes disparidades. Tais divergências podem sugerir que o institucionalismo é incoerente, constituindo-se apenas em um conjunto de programas de pesquisa individuais, com nada em comum, a não ser o questionamento à teoria e ao método ortodoxo. Comungam com essa opinião Malcolm Rutherford, Mark Blaug, George Stigler e Oliver Williamson (Lawson, 2006, p. 485).

ocorram regularidades eventuais (determinísticas ou estocásticas). O *mainstream* adota uma versão do dedutivismo, que propõe relações funcionais restritas aos limites da sequência causal (Lawson, 2006, p. 493).

Se a realidade social depende da atividade transformadora humana, seu estado de ser deve ser intrinsecamente dinâmico ou processual. Como exemplo, tem-se o sistema de linguagem, cuja existência é condição de comunicação humana, via atos de fala, etc. E é através da soma desses atos de fala que o sistema de linguagem está continuamente sendo reproduzido e transformado. Portanto, tal sistema é intrinsecamente dinâmico, porque seu modo de ser é um processo de transformação, um contínuo vir a ser. Isso é verdadeiro também para todos os aspectos da realidade social. Para ele, o mundo social se transforma em prática humana.

A ontologia alternativa acima descrita sistematiza as preconcepções das várias tradições heterodoxas e explica sua persistente oposição ao *mainstream*. A ênfase pós-keynesiana na incerteza fundamental está inserida nessa suposição, assim como também o está a ênfase institucionalista no método evolucionário e na tecnologia como uma força da dinâmica. Ambas dão ênfase em um sistema social visto como um “processo”. O que direciona a oposição heterodoxa ao formalismo matemático é uma visão de mundo singular em relação ao que os modelos formalísticos pressupõem. Assim, as várias tradições heterodoxas podem ser identificadas por orientações ou práticas vinculadas à ontologia social descrita. O conjunto de projetos sistematizados como heterodoxos são, em primeira instância, orientados de maneira ontológica e sistematizados através do “realismo crítico” em economia.

Portanto, o que distingue o projeto heterodoxo, além da ênfase em sua orientação básica, é fruto muito mais de um debate interno e discordâncias sobre teorias substantivas e instâncias políticas do que sobre as unidades básicas de análise apropriadas e outros princípios metodológicos. Projetos como o pós-keynesiano ou o velho institucionalismo podem ser vistos como coerentes entre si. E tal coerência se dá através da forma como a interpretação das referidas tradições heterodoxas está efetivamente comprometida com o tipo de concepção ontológica descrita.

A quarta tese básica do autor é que, se a ontologia pode dar conta das diferenças entre as tradições heterodoxas e o moderno *mainstream* — ou seja, se os compromissos ontológicos identificam os pós-keynesianos, institucionalistas, economistas feministas e outros como heterodoxos —, então são suas orientações substantivas particulares, suas relações e ênfases que as distingue, e não suas respostas ou princípios.

A ontologia social descrita fornece uma concepção das propriedades de todos os fenômenos sociais (abertos, estruturados, intrinsecamente dinâmicos,

no sentido de dependentes da transformação social e altamente relacionados internamente através das relações sociais), não havendo nenhuma razão para se supor que exista uma esfera econômica (ou qualquer outro subdomínio), no campo social, destituída dessas propriedades. Os materiais e princípios da realidade social são os mesmos entre economia, sociologia, política, antropologia, geografia humana e todas as outras disciplinas relacionadas ao estudo da vida social⁶.

Portanto, Lawson (2006, p. 502) advoga que, para se distinguir a economia heterodoxa do moderno projeto do *mainstream*, deve-se considerar os seguintes aspectos:

- a) a oposição ocorre não em termos de resultados substantivos ou unidades básicas de análise, mas de acordo com a orientação metodológica. O projeto do *mainstream* insiste em que o fenômeno econômico seja investigado utilizando apenas certas razões de forma matemático-dedutiva;
- b) as falhas intelectuais e limitações mais frequentes desse projeto residem na ênfase nas razões matemático-dedutivas, que são tidas como inapropriadas, face à natureza do material social. Em outras palavras, as pressuposições ontológicas do referido método não combinam com a natureza da realidade social;
- c) a oposição heterodoxa está baseada (frequentemente de maneira implícita) na forma de captar a situação expressa na segunda controvérsia. Ou seja, a moderna heterodoxia tem uma orientação ontológica. Distingue-se do *mainstream* pela sua disposição em aproximar teoria e método de maneira compatível com a natureza da realidade social;

⁶ Assim, por exemplo, os pós-keynesianos, segundo suas prévias ênfases, podem ser diferenciados de acordo com suas relações com a "incerteza fundamental", oriunda da abertura da realidade social. Tal enfoque pode levar a implicações, oriundas da aplicação do princípio da "incerteza", sobre o desenvolvimento de certas espécies de instituições, incluindo a moeda, processos de tomada de decisões, etc. No campo político, tal questão pode incluir análises de contingências, que reconhecem o fato de a incerteza disseminar-se, dada a abertura da realidade social no presente e no futuro. Para os influenciados por Keynes, tal foco é o que importa levando a resultados coletivos ou macro, que exercem seu impacto de volta sobre os atos individuais, pressionando por transformação estrutural, etc. Por razões similares, o institucionalismo distingue-se não pelo fato de que as instituições ou processos evolucionários se constituem em unidades de análise, mas pela sua relação com as questões evolucionárias e seu interesse em examinar como os itens sociais mudam ou persistem ao longo do tempo.

d) as tradições heterodoxas do indivíduo distinguem-se por suas orientações substantivas particulares, interesses e ênfases, e não por suas alegações ou resultados teóricos, descobertas empíricas, princípios metodológicos ou posturas políticas.

A conclusão que se tira da argumentação de Lawson é que a sua ontologia heterodoxa aceita múltiplos desdobramentos, não fornecendo (e nem tendo intenção de fornecer) elementos mais específicos capazes de constituir uma teorização sobre crescimento econômico, instituições e sua evolução. Tal empreitada ficaria a cargo de cada abordagem heterodoxa específica. Tentando aproximar a análise de Lawson ao objeto deste texto, examinaremos a contribuição de Castellacci que avança rumo a uma teorização (ontológica) evolucionária sobre crescimento econômico e instituições.

2.1 Realismo crítico: uma ontologia derivada de Lawson

Na esteira do argumento de Lawson, Castellacci (2006) propõe uma compatibilização entre a teorização evolucionária do crescimento com o realismo crítico, que tem, no referido autor, um dos principais expoentes. Para Castellacci (2006), a interpretação da teorização evolucionária do crescimento sob a ótica do “realismo crítico” tem características específicas e fundamentais. Isso porque a ontologia evolucionária é complexa, diferenciada, estruturada, sistêmica, aberta, em contínua mudança e sujeita à radical incerteza. Sua metodologia tende a basear-se crescentemente na teorização apreciativa e em análises interdisciplinares. Por essa razão, o realismo crítico pode, de fato, se constituir em importante fundamento filosófico e metodológico para o futuro desenvolvimento das teorias evolucionárias de crescimento econômico. O mesmo pode ser dito sobre as teorizações institucionalistas.

Sob esse ponto de vista, a realidade é complexa, razão pela qual não pode ser “reduzida” à nossa interpretação da mesma. A interpretação da realidade é composta por três níveis interrelacionados: (a) o nível real de estruturas e mecanismos de geração; (b) o nível vigente dos eventos e estado dos negócios; e (c) o nível empírico dos fenômenos observados, percepções e impressões (Castellacci, 2006, p. 861).

Nesse sentido, o realismo crítico⁷, no campo da economia, aponta para as principais limitações da economia neoclássica, tentando constituir uma fundamentação filosófica e metodológica para um amplo conjunto de abordagens alternativas, tais como as contribuições neomarxistas, pós-keynesianas e, mais recentemente, as evolucionárias. Para autores como Foss, Vromen, Northover e Lawson, há uma estreita conexão entre a teoria evolucionária da mudança econômica, a partir do trabalho seminal de Nelson e Winter, com a filosofia do realismo crítico⁸ (Castellacci, 2006).

A partir daí, Castellacci propõe uma interpretação do realismo crítico das teorias evolucionárias de mudança econômica, tentando responder se o mesmo pode se constituir em fundamento filosófico e metodológico para a teorização evolucionária do crescimento. Como novidade, adota uma definição evolucionária mais ampla do que a de Nelson e Winter (1982), incorporando à análise três outras dimensões próximas dos referidos autores, mas pouco sistematizadas pelos mesmos. São elas: a teoria neoschumpeteriana das ondas longas; o *approach* do *gap* tecnológico no estudo do *catching up* e do *falling behind*; e as estruturas dos sistemas de inovação. E isso constituiria, para o autor, um fértil campo de análise para o avanço de uma teorização evolucionária do crescimento econômico, do que não se discorda.

A questão que se recoloca é se tais ponderações são suficientes para a formulação de uma “ontologia evolucionária” compatível com o realismo crítico. A abordagem de Castellacci converge na aceitação desse pressuposto. Entretanto, em se constituindo numa ontologia evolucionária, consideramos haver em sua proposição escassos argumentos que vinculam o ambiente institucional (e tecnológico) com os indivíduos, seus hábitos e idiossincrasias. Por essa razão, retomaremos argumento de Hodgson, que direciona seu enfoque para uma ontologia evolucionária, mas centrada em Veblen, onde o conceito de *reconstitutive downward causation* surge como elemento fundamental de condução dos hábitos ao desenho institucional. E esse conceito é negligenciado na proposição de Castellacci, dado que mereceria maior aprofundamento.

⁷ Em economia, as principais referências que têm explorado o realismo crítico são, segundo Castellacci (2006, p. 861): Lawson (1989, 1997, 1998, 2001), Fleetwood (1999) e Lewis (2004). Hodgson (2004b) amplia esse leque, incluindo, além de Tony Lawson, nomes como Bhaskar, Archer e Collier.

⁸ Saliente-se que o referido autor confere certo viés positivista na proposição de Nelson e Winter (1982) em separar teorização formal de apreciativa.

2.2 A controvérsia Lawson versus Hodgson e os limites da heterodoxia

A argumentação desenvolvida por Lawson, embora se constitua em reconhecido e meritório esforço analítico em avançar rumo a uma ontologia heterodoxa, não esgota toda a potencialidade da dimensão analítica institucionalista, principalmente em suas versões próximas à velha tradição de Veblen. É nesse sentido que se discutirá a réplica de Hodgson à Lawson, buscando identificar alguns elementos para uma ontologia evolucionária diferenciada vebleniana. Em termos ontológicos, Hodgson enfatiza uma maior proximidade do evolucionismo darwiniano com o institucionalismo de Veblen e não uma contraposição entre o *mainstream* e a heterodoxia.

Hodgson (2006) discute e critica Lawson (2005) por distinguir heterodoxos do *mainstream*, a partir de pressuposições ontológicas. Para Lawson, as diferentes abordagens heterodoxas são caracterizadas não por suposições ontológicas fundamentais, mas por diferentes “questões de interesse”. Para Hodgson, tal distinção não é convincente, e a comunidade ontológica, sustentada por Lawson como heterodoxa, ignora uma perspectiva ontológica específica, que é um ramo institucional e de economia evolucionária “vebleniana”, que enfoca os algoritmos e as regras do sistema.

Lawson (2005) discute as características essenciais do velho institucionalismo econômico. Essa corrente, que emergiu em 1890 e foi muito forte nos USA na primeira metade do século XX, envolveu uma série de economistas proeminentes e inspirou centenas de livros e artigos. Lawson enfoca, de forma bastante restrita, a referida visão, não levando em conta a natureza ou o *core* do velho institucionalismo, omitindo também os princípios evolucionários do velho institucionalismo, que, aliás, são aprofundados em Hodgson (2004a). Por exemplo, a “formação da preferência endógena”, que é uma definição característica do velho institucionalismo, é refutada por ele, na medida em que Friedrich Hayek também reconhece que as intenções e preferências podem ser moldadas por circunstâncias institucionais. Hodgson concorda com isso, e também concorda com Lawson e com muitos outros economistas, incluindo marxistas e keynesianos, pois todos reconhecem a possibilidade das preferências endógenas. Indo mais além, Alfred Marshall também aceita que as vontades individuais e as preferências poderiam ser moldadas pelas circunstâncias (Hodgson, 2000, p. 99)⁹. Em outros termos, Lawson desconsidera a importância

⁹ Hodgson (2000, p. 99) salienta que uma diferença fundamental entre Hayek e o velho institucionalismo é que o primeiro, ao contrário de Marx, Marshall, Keynes e Veblen, não vê

dada pelos velhos institucionalistas ao referido conceito e os contrapõe, equivocadamente, à Hayek e aos próprios marxistas e keynesianos. Na verdade, contrariando Lawson, as preferências endógenas são centrais no *old institutional economics*, como o atesta Veblen em grande parte de sua obra.

A questão de se a economia heterodoxa (incluindo o velho institucionalismo) e o *mainstream* podem ser distinguidos em termos de “ontologia”, como argumenta Lawson (2005, p. 11-12), também é contestada. Isso porque é falso o argumento segundo o qual as distinções entre as tradições heterodoxas não são primariamente ontológicas, mas relativas a diferentes questões de interesse: a heterodoxia está unida em sua rejeição aos métodos matemático-dedutivistas; e o *mainstream*, ao contrário, presume que o mundo é fechado, o que se constitui na base para adoção de tais métodos. Hodgson discorda desse critério, porque toda teorização em ciência envolve abstrações (ou isolamentos), o que implica alguma delimitação, parcial ou temporária, na teoria. A teoria heterodoxa em economia não é exceção. Logo, é falha a tentativa de Lawson em dividir o *mainstream* da heterodoxia.

Assim, o critério de “dedutivismo” distingue adequadamente o velho institucionalismo das abordagens do *mainstream*? Para Lawson, os velhos institucionalistas, de Veblen até Galbraith, foram bastante cautelosos com o emprego de métodos dedutivistas e ahistóricos. A rejeição de uma teorização predominantemente *a priori* tem sido uma característica persistente nos escritos dos velhos institucionalistas. Mais detalhadamente, Lawson (1997, p. 16-17) vê o “dedutivismo” presumivelmente como “regularidades eventuais” ou “constantes conjunções de eventos” ou “estado das artes”, com regularidades do tipo “sempre que houver o evento x então haverá o evento y”. Filosoficamente, essa é uma definição atípica de dedutivismo, porque se refere a regularidades empíricas em relação a eventos, ao invés de deduções lógicas em relação às proposições.

A consequência dessa atípica definição de “dedutivismo” é que os mais proeminentes métodos baseados no empirismo, incluindo os que usam a econometria, são também “dedutivistas” que compraram essa definição, visto que também presumem regularidades eventuais. A crítica de Lawson, extensiva à econometria, confirma essa instância. Em geral, sustenta que os métodos econométricos são inapropriados, a menos que sistemas fechados existam ou sejam próximos da realidade. Muitos economistas pós-keynesianos

a explicação das preferências individuais como sendo tarefa a ser desenvolvida por economistas ou por qualquer outro cientista social. Para ele, tal definição não caberia no escopo econômico. Tal proposição contraria frontalmente a visão dos velhos institucionalistas cuja crença nas disposições individuais, seus propósitos e suas preferências estão incluídas no referido escopo.

proeminentes, contudo, defendem os métodos econométricos, e muitos marxistas incorporaram modelos matemáticos. Os sraffianos há tempos apresentam credenciais heterodoxas. Lawson responde que métodos e modelos matemáticos não são intrinsecamente inapropriados, mas seu uso legitimado depende de como se obtém o “fechamento” ou sua proximidade à realidade. O grau de aproximação exigido, entretanto, não é especificado em seus escritos. Logo, fica difícil empregar seu critério para diferenciar o *mainstream* da heterodoxia. Até que ele redefina ou reelabore seu critério, é obrigado a descrever toda a economia matemática — incluindo trabalhos formais nas tradições marxianas, sraffianas e pós-keynesianas — como *mainstream*.

A resposta à questão da forma como o *mainstream* se diferencia da velha economia institucional, em termos ontológicos, leva Lawson a incorrer nos mesmos problemas. A velha economia institucional distinguia-se do *mainstream* na maneira como ele a descreveu, ou seja, os problemas resultam do fato de que o velho institucionalismo variava em termos de seu núcleo de hipóteses filosóficas e teóricas. Porém, dentro dessa variedade, havia alguns elementos mais próximos do que Lawson especificava como posições do *mainstream* do que heterodoxas.¹⁰

Genericamente, introduziu-se no institucionalismo um espírito positivista no período entre guerras, apesar dos prévios avisos sobre os limites do positivismo e do empiricismo. Hodgson (2004a) examinou em detalhe as consequências dessa mudança adversa na perspectiva filosófica fundamental do velho institucionalismo. Na prática, essa mudança em direção ao positivismo implicou pressupostos de regularidades eventuais que Lawson define como “dedutivismo” e vê como característica do *mainstream* econômico. Como resultado, o critério de Lawson não identifica uma clara linha divisória entre o *mainstream* e o velho institucionalismo.

É interessante observar que, desde o crescimento da economia experimental até sua proeminência nos anos 90, o mesmo *mainstream* se tornou menos apriorístico e mais indutivista, baseado em evidência (Hodgson, 2006, p. 5).

¹⁰ Para Hodgson, por exemplo, muitos velhos institucionalistas eram favoráveis aos métodos indutivos. Contudo, sustentavam o estabelecimento de generalizações indutivas, a partir de um corpo de dados finito que também presumiria regularidade de eventos e um certo “dedutivismo” nos termos de Lawson. Métodos indutivos e positivistas foram sustentados por líderes do velho institucionalismo, incluindo Wesley Mitchell, Morris Copeland e John Maurice Clark (mas não Thorstein Veblen). Esses métodos foram também proclamados no National Bureau for Economic Research, fundados por institucionalistas como Mitchell e Edwin Gay em 1920. Com os desenvolvimentos posteriores nas ciências do comportamento, muitos outros institucionalistas tomaram um rumo fortemente positivista nas décadas de 20 e 30, abandonando algumas das principais concepções veblenianas. Institucionalistas como Mitchell, Copeland e Clark explicitamente incorporaram o positivismo.

Ironicamente, as abordagens metodológicas dentro do moderno mainstream têm-se tornado mais próximas da variedade positivista do institucionalismo que predominou nos anos 20 e 30. Dado que a definição de Lawson de dedutivismo aglutina empiricistas e aprioristas, ela é insensível em relação a essas importantes e proeminentes mudanças dentro do *mainstream* e às crescentes afinidades com a tradição positivista dentro do velho institucionalismo.

Caberia explicitar daí em que consistiria a “nova” contribuição institucionalista sobre o tema, com vistas a superar alguns dos pontos propostos e não elucidados por Lawson. A ênfase dada no início deste texto sobre o caráter ontológico do processo de crescimento econômico e instituições reivindica a explicitação dos elementos fundamentais para tal proposição. Por essa razão, explicitaremos alguns pontos do aporte ontológico derivado de Veblen.

3 A noção de evolução, darwinismo e auto-organização

O debate sobre crescimento econômico e instituições indaga se o referido processo pode ser apreendido fora de um ambiente evolutivo. A nosso ver, se tal perspectiva analítica fosse adotada, a compreensão e sistematização do processo de crescimento econômico seria teoricamente pobre e vazia, não só do ponto de vista institucionalista, mas principalmente metodológico. Instituições, crescimento econômico e evolução são noções indissociáveis. Por isso, julga-se pertinente retomar a definição do que vem a ser evolução, em termos atuais.

Como visto, autores institucionalistas ligados à tradição de Veblen vêm dando um tratamento mais sistemático ao conceito de “evolução”, procurando vinculá-lo ao meio ambiente institucional. Em geral, salientam que a definição do termo evolução, tanto no campo etimológico quanto histórico, não pode se restringir a um significado específico e preciso. Trata-se de uma noção ampla que contempla uma ideia geral de movimento. Para Hodgson e Knudsen (2006, p. 1, tradução nossa): “[...] a palavra ‘evolução’, portanto, deriva da palavra latina associada a uma atividade especificamente direcional e predestinada; o pergaminho é desenrolado para revelar aquilo que já está escrito lá dentro”.¹¹

Para os referidos autores, Spencer fez mais do que Darwin para popularizar o termo “evolução”. Na primeira edição de **The origin of Species**, Darwin não

¹¹ No original: “[...] [t]he word ‘evolution’ therefore derives from the Latin word associated with a specifically directional and predestined activity; the scroll is unrolled to reveal that which is already written within” (Hodgson; Knudsen, 2006, p. 1).

usou essa expressão e apenas uma vez escreveu *evolved*. Hoje, *evolução* é usada em vários sentidos, não sendo possível atribuir um significado único e exclusivamente darwiniano. Assim, ao invés de discutir infrutiferamente o sentido da palavra *evolução*, Hodgson e Knudsen (2006, p. 2) preferem analisar os fenômenos com ela envolvidos, tais como a ampla classe de sistemas e populações de entidades, incluindo-se aí todas as manifestações factíveis dos processos de desenvolvimento e de mudança. Nesse sentido, é importante salientar que, sob algumas condições mínimas, a mudança contínua, presente na mencionada classe de sistemas e população de entidades, deve inevitavelmente envolver os três princípios centrais de Darwin: variação, herança e seleção.

Não é novidade afirmar que muito se avançou no pensamento “evolucionário” ao longo dos últimos 300 anos, envolvendo o desenvolvimento de *insights* com complexos resultados. Entretanto, todos os autores que contribuíram nesse sentido, incluindo Bernard Mandeville, David Hume, Adam Smith e Carl Menger, apontam que a ordem social e as instituições resultam das interações individuais. Mas, ainda, os sistemas complexos, objetos de nossa discussão, mais do que sistemas simples ou “mecânicos”, envolvem uma variedade de entidades que interagem umas com as outras, produzindo resultados que podem não ser os desejados por alguma entidade individual, e com propriedades que podem não corresponder a qualquer entidade tomada isoladamente.

Tais sistemas complexos incluem populações de entidades de tipos específicos, cujos membros são similares no geral, mas, dentro de cada tipo, contém variação devido à gênese ou circunstância. Como todas as entidades são mortais e degradáveis, elas necessitam consumir material e energia para sobreviver ou minimizar a degradação. Mas, como elas não podem acessar todos os recursos ambientais ao mesmo tempo, enfrentam um onipresente problema de “escassez local e imediata”. Essas entidades estão, portanto, envolvidas em uma “luta pela existência” (*struggle for existence*), termo usado por Darwin (1859). Esse termo constitui a base do “princípio darwiniano da herança”, que se refere à ampla classe de mecanismos, incluindo os de “replicação” e “descendência”, através dos quais as informações relativas às adaptações são retidas, preservadas, passadas adiante ou copiadas ao longo do tempo. Há vários exemplos disso na natureza e na sociedade humana, incluindo todas as espécies biológicas, desde amebas até humanos, e até as instituições humanas. Essas, aliás, podem ser vistas como entidades coesivas com alguma capacidade de retenção e replicação nas soluções de problemas. Para Hodgson e Knudsen (2006, p. 4), tais instituições poderiam incluir as firmas.

Esse amplo e genérico esquema de sistema evolucionário é crucial para que se entenda que a evolução deve envolver os três princípios darwinianos:

variação, herança e seleção¹². Considerando-se os três isoladamente, tem-se que, primeiro, deve haver alguma explicação sobre como ocorre a variedade e como ela é realimentada em uma população. Em sistemas biológicos, as respostas estabelecidas envolvem recombinação genética e raras mutações. Não há quaisquer mecanismos análogos na evolução das instituições sociais, mas a existência e a realimentação da variedade permanecem sendo uma questão vital na pesquisa evolucionária (Metcalf, 1998; Nelson, 1991; Saviotti, 1996 apud Hodgson e Knudsen, 2006, p. 5).

Segundo: deve haver uma explicação sobre como uma informação útil, relativa a soluções de problemas adaptativos particulares, é conservada e passada adiante. Esse procedimento decorre diretamente de nossas hipóteses relativas à ampla natureza do complexo sistema da população, onde deve haver algum mecanismo pelo qual as soluções adaptativas são copiadas e passadas adiante. Na biologia, tais mecanismos frequentemente envolvem os genes e o DNA. Na evolução social, podemos incluir a replicação dos hábitos, costumes, regras e rotinas, que podem conduzir soluções para problemas de adaptação. Deve haver algum mecanismo que assegure que tais soluções (incorporadas nos hábitos ou rotinas) resistam e repliquem. De outra forma, a retenção do conhecimento útil não seria possível.

Terceiro: deve haver uma explicação sobre o fato de que as entidades diferem em sua longevidade e fecundidade. Em contextos dados, algumas entidades são mais adaptadas do que outras, umas sobrevivem mais, e outras são mais exitosas em produzir descendentes ou cópias de si mesmas. Daí o “princípio da seleção”, que envolve um conjunto anterior de entidades, cada uma interagindo com seu meio ambiente, e algumas sendo transformadas em um conjunto posterior, onde todos os membros, desse conjunto posterior, são suficientemente similares aos membros do conjunto anterior, e onde as frequências resultantes das entidades posteriores dependem de suas propriedades no contexto do meio ambiente. Por meio da seleção, um conjunto de entidades, uma população, gradualmente, adaptará-se-á em resposta ao critério definido pelo fator meio ambiente.

Observe-se que os resultados do processo de seleção não são necessariamente nem morais, nem justos. Além disso, não há qualquer exigência

¹² Segundo Hodgson e Knudsen, (2006, p. 5, tradução nossa): “Esses são os amplos requisitos teóricos darwinianos. Eles, por si só, não fornecem todos os detalhes necessários, mas devem ser respeitados. Do contrário, a explicação da evolução será inadequada”. No original: “*These are the broad Darwinian theoretical requirements. They do not themselves provide all the necessary details, but nevertheless they must be honored. Otherwise the explanation of the evolution will be inadequate*”(Hodgson; Knudsen, 2006, p. 5).

de que os resultados da mesma sejam ótimos ou melhores em relação a seus precursores. Por conta disso, a referida eficiência é relativa a determinado ambiente, onde, antes de ótima, ela seja tolerável: “O darwinismo não assume que a seleção causa resultados globalmente eficientes ou (próximos) ao ótimo e, em certas instâncias, a seleção pode mesmo levar a erros sistemáticos” (Hodgson, 1993; Hull, 2001, tradução nossa).¹³ “Não há qualquer razão para se acreditar na necessidade de requisitos especiais para que a assíntota da eficiência global esteja normalmente presente na natureza ou na sociedade” (Hodgson; Knudsen, 2006, p. 6, tradução nossa).¹⁴

Outra questão importante é a da auto-organização. A existência de resultados auto-organizados, complexos, demonstra que nem sempre temos que procurar um *designer* para explicar sua emergência. Isso é relevante porque todas as ciências sociais contêm a visão de que os fenômenos sociais são resultado de desígnios conscientes. Muitas instituições humanas eficazes e complexas, tais como a linguagem e a lei comum, não são resultado de um plano global.

Apesar de se reconhecer a importância da auto-organização, nem toda criação humana resulta de um plano. A auto-organização, então, é suficiente para explicar a origem das espécies e fenômenos biológicos complexos? A resposta definitiva é não. Isso porque o princípio darwiniano da seleção também é necessário.

Alguns escritores, encantados com os resultados da auto-organização, têm proposto que ela é suficiente como explicação evolucionária de todos os fenômenos complexos. Tanto na biologia quanto em outras ciências sociais, eles não têm enfatizado a importância da seleção evolucionária e da revolução intelectual darwiniana. Na ausência de auto-organização, não haverá a emergência de organismos autorreprodutores; mas, na ausência de seleção, não haverá nenhum movimento em direção à emergência¹⁵ de estruturas crescentemente complexas.

¹³ No original: “*Darwinism does not assume that selection brings about globally efficient or (near) optimal outcomes, and in certain instances selection can even lead to systematic errors*” (Hodgson, 1993; Hull, 2001).

¹⁴ No original: “*There is no reason to believe that the special requirements needed to asymptote global efficiency are commonly present in nature or society*” (Hodgson; Knudsen, 2006, p. 6).

¹⁵ O conceito de emergência refere-se às propriedades que surgem quando da passagem de um nível analítico inferior (micro) para um nível superior. O conceito de emergência leva em conta propriedades que só se manifestam no nível superior, embora a instância micro origine as referidas propriedades. Para os objetivos deste texto, podemos sugerir que o conceito de crescimento econômico é uma propriedade emergente no plano macro, oriunda das decisões microeconômicas de produzir em níveis crescentes.

Na biologia, nem os indivíduos, nem as espécies, nem os ecossistemas são inteiramente autotransformadores. A evolução ocorre dentro de sistemas “abertos”, envolvendo mudanças estimuladas endógena e exogenamente. Normalmente, a evolução ocorre através de mudanças internas e interações com o meio ambiente. Como observado por Darwin (1859 *apud* Hodgson; Knudsen, 2006, p. 8), os mecanismos de isolamento têm efeitos importantes na trajetória evolucionária dos ecossistemas. O isolamento dá nova variação no tempo para evoluir lentamente, mas geralmente reduz o nível da variação que está sendo produzida. A quebra dos mecanismos de isolamento aumenta o nível de variação apresentado pela população, levando, algumas vezes, a ultrapassar a rigidez do sistema.

Em biologia, muitas das mudanças, em uma dada área, são devidas à introdução de espécies existentes em outras regiões, que interagem com seus vizinhos e afetam o curso da evolução. Choques exógenos, tais como o impacto de meteoros e mudanças climáticas, são também fontes de influência em processos evolucionários, levando à expansão de algumas espécies e extinção de outras.

Da mesma forma, na evolução social, mudanças estimuladas exogenamente são, algumas vezes, de grande importância, parcialmente por causa dos mecanismos culturais de imitação e conformismo, que tendem a reduzir a variedade interna e podem levar à ossificação institucional. Alguns exemplos nesse sentido, citados por Hodgson e Knudsen (2006, p. 9), são: a revolução no século XVII na Inglaterra, causada por forças externas oriundas da Escócia e de outros lugares; a chegada de navios de guerra americanos na Baía de Tóquio, levando à restauração Meiji de 1868 e à abrupta transição do Japão do feudalismo para uma sociedade capitalista inspirada no Oeste; e a ocupação do Japão e da Alemanha por americanos e tropas aliadas em 1945. Segundo os mesmos (Hodgson; Knudsen, 2006, p. 9, tradução nossa):

O curso da evolução institucional foi alterado pela intrusão de novas forças através das fronteiras do sistema, enquanto que, em muitos outros casos, transformações institucionais foram promovidas por invasão ou por outras forças de fora para dentro.¹⁶

Esse ponto remete para a importância da contribuição darwiniana ao processo de desenvolvimento, que envolve hábitos, costumes, tecnologias, instituições, regiões e toda a economia.

É nesse sentido que Hodgson (2006) propõe a noção de *reconstitutive downward causation* como elemento fundamental à definição dos hábitos, que

¹⁶ No original: “The course of institutional evolution was altered by the intrusion of new forces across the boundaries of the system, as in many other cases of institutional transformation being promoted by invasion or other forces from outside” (Hodgson; Knudsen, 2006, p. 9).

constituirão o arcabouço institucional¹⁷. A proximidade teórica com North (Hodgson, 2007, p. 330) — que também reconhece a importância dos modelos mentais, que levam à estrutura econômica e, finalmente, às instituições — sugere uma convergência entre o novo e o antigo institucionalismo, que reabilita o conceito de preferências endógenas e a importância da racionalidade individual, formada cultural e institucionalmente. Esses pontos serão analisados no próximo item deste artigo, sugerindo a existência de uma ontologia evolucionária vebleniana. Essa é a resposta à questão de se tal ontologia deveria se assentar em fundamentos heterodoxos ou em proposições evolucionárias.

4 Para além da heterodoxia: uma ontologia evolucionária vebleniana

O institucionalismo — incluindo Thorstein Veblen, John R. Commons, Wesley Mitchell, Morris Copeland e Clarence Ayres — envolve grande variedade de abordagens, induzindo a tendências que diferem substancialmente em termos de proposições filosóficas e psicológicas. Por exemplo, enquanto Veblen incorporou a psicologia dos instintos-hábitos e rejeitou o positivismo, Ayres tomou precisamente a instância reversa. Isso contrasta com a visão comum, mas insustentável, segundo a qual Ayres é seguidor da tradição de Veblen (Hodgson, 2006, p. 6).

A ascensão do positivismo, o declínio da psicologia dos instintos e hábitos e a ascensão do *behaviourism*, no período 1900-30, levaram o velho

¹⁷ Segundo Hodgson (2004, p. 331-332): “Instituições são sistemas duradouros de regras socialmente enraizadas. Elas canalizam e restringem o comportamento dos indivíduos de forma tal que se formam novos hábitos como resultado. [...] Sobre os novos hábitos de pensamento e de comportamento emergem novas preferências e intenções. Como resultado, os hábitos compartilhados são o material constitutivo das instituições, municiando-as com uma durabilidade acentuada, poder e autoridade normativa. [...] Toda razão, deliberação e avaliação dependem da formação de hábitos antecedentes. Os hábitos são formados através de pensamentos e comportamentos repetidos em um tipo específico de ambiente social. Os hábitos são mecanismos e conexões neurais individuais, mas que carregam uma marca social. A causação reconstitutiva de cima para baixo, de uma estrutura social específica para os indivíduos, opera criando e moldando os hábitos”. No original: “*Institution are enduring systems of socially ingrained rules. They channel and constrain behavior so that individuals form new habits as a result. [...] Upon new habits of thought and behavior, new preferences and intentions emerge. As a result, shared habits are the constitutive material of institutions, providing them with enhanced durability, power and normative authority. [...] All reason, deliberation and calculation depend upon the prior formation of habits. Habits are formed through repeated thoughts or behaviors in a specific type of social setting. Habits are individual neural connections and mechanisms, but they bear a social imprint. Reconstitutive downward causation, from specific social structure to individual, operates by creating and molding habits*” (Hodgson, 2004, p. 331-332).

institucionalismo à crise em relação a sua própria identidade e pressuposições fundamentais. Essa séria crise impediu Commons e outros de formular uma adequada fundamentação filosófica para o institucionalismo. Tais deficiências responderam em parte por seu subsequente declínio.

Contudo, a posição de Veblen, de forma retrospectiva, é, segundo Hodgson (2006, p. 6), estritamente moderna no contexto dos desenvolvimentos recentes na filosofia, psicologia, sociologia, antropologia e economia. Veblen foi influenciado pela filosofia pragmatista. Após ser eclipsado por grande parte do século XX, o pragmatismo re-emergiu para se tornar “[...] se não o mais influente, pelo menos uma das estruturas filosóficas com mais rápido crescimento no cenário intelectual” (Hands, 2001, p. 214, apud Hodgson, 2006, p. 6). Na psicologia, após a hegemonia do *behaviourism* entre os anos 20 e os anos 60, as abordagens evolucionárias, inspiradas em William James e outros, estão agora renascendo. O conceito-chave vebleniano de hábito — definido em termos de disposições adquiridas — também re-emergiu na moderna psicologia (Ouellette and Wood, 1998; Wood et al., 2002 apud Hodgson, 2006, p. 6). A posição de Veblen é muito mais viável hoje, enquanto melhoramentos e avanços adequados são realizados, incluindo a substituição da filosofia kantiana de Veblen por uma forma mais adequada de realismo.

Nesse sentido, Hodgson aponta as proposições fundamentais do institucionalismo de Veblen, que são desenvolvidas em seu estudo de 2004, intitulado **The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism**. Lá, Hodgson (2004a, p. 246-247) identifica seis proposições básicas negativas (no sentido crítico) do institucionalismo de Veblen, que incluem desde sua rejeição ao positivismo, como também ao individualismo metodológico, e ao coletivismo metodológico, desde que adequadamente definidos. Para Hodgson, Veblen endossa 13 proposições básicas positivas adicionais, incluindo o princípio da causação universal, o princípio da explicação evolucionária e a ideia de *reconstitutive downward causation*. Em conjunto, essas 19 proposições não são suficientes. Isso porque os elementos-chave adicionais:

[...] eram obscuros, pouco desenvolvidos ou ausentes nos escritos de Veblen, [razão pela qual] adicionei oito proposições (incluindo uma ontologia desdobrada e um foco explícito nas propriedades emergentes) que são “vitais para um sistema teórico vebleniano reconstruído sobre fundamentos emergentistas” (Hodgson, 2004, p. 247, tradução nossa).¹⁸

¹⁸ No original: “[...] were unclear, underdeveloped or absent in Veblen’s works’ I add a further eight propositions (including a layered ontology and an explicit focus on emergent properties) that are ‘vital for a Veblenian theoretical system rebuilt on emergentist foundations’ ” (Hodgson, 2004, p. 247).

Nessas 27 proposições, ele esquematiza parte dos fundamentos filosóficos do institucionalismo vebleniano.

A maior parte das proposições que compõem os “fundamentos filosóficos do institucionalismo vebleniano” são ontológicas e referentes à natureza do ser social, envolvendo causalidade, evolução, pensamento populacional darwiniano e muito mais.

O institucionalismo vebleniano, tanto na sua forma original quanto na ressuscitada, pode reivindicar uma ontologia particular. Ela contrasta com muitos outros *approaches* encontrados nos heterodoxos e no *mainstream*. Por exemplo, a visão de Veblen em relação à fundação instintiva da inteligência contrasta com as visões predominantes dos cientistas sociais heterodoxos e ortodoxos, que veem o instinto e a inteligência como sendo opostos. Além disso, a insistência de Veblen no sentido de que as hipóteses relativas às capacidades humanas radicais tenham que ser consistentes com as explicações evolucionárias, em termos darwinianos, também está ausente na maior parte do pensamento *mainstream* e heterodoxo. Hodgson não concorda que Veblen tenha desenvolvido e solucionado uma adequada ontologia social. Longe disso. Mas sua instância geral darwiniana e evolucionária aponta para uma ontologia potencialmente fértil, que poderá ser melhor explicitada em futuros trabalhos teóricos. Em parte, a abordagem vebleniana ressuscitada enfoca-se na natureza algorítmica e incremental da tomada de decisão. Sua orientação dar-se-ia em direção à compreensão dos processos e não na ênfase ao equilíbrio, como Lawson (2005, p. 16) enfatiza. Tanto a realidade social quanto as capacidades individuais são concebidas em termos dos vários sistemas de regras processuais. Segundo Veblen, tais sistemas de regras são substituídos dentro de estruturas darwinianas generalizadas, onde os princípios de variação, retenção e seleção são usados para ajudar a explicar sua evolução.

É nesse ponto que Hodgson propõe que esses e outros elementos similares coincidam com uma possível mudança de *gestalt* nas ciências sociais¹⁹, fora das concepções de mudança incremental e de equilíbrio — onde qualquer coisa potencialmente colide com outra —, para uma noção de interconectividade dentro dos sistemas sociais, composta essencialmente de estruturas e processos algorítmicos de regras (Hodgson, 2006, p. 8). Por conta dessa nova *gestalt* e, mais particularmente, devido aos recentes desenvolvimentos do novo

¹⁹ Afirma Hodgson (2006, p. 8, tradução nossa): “Esses e outros elementos similares coincidem com uma possível mudança de *gestalt* nas ciências sociais, distante das concepções de mudança incremental e de equilíbrios, onde tudo potencialmente colide com tudo, para uma noção de interconectividade limitada dentro de sistemas sociais essencialmente compostos de estruturas e processos algoritmos de regras”.

institucionalismo, bem como do velho, o que emergirá como “economia institucional”, nas próximas décadas, pode se tornar muito diferente do que predominou nos anos 80 e 90, delineando uma genealogia com o velho, bem como com o novo institucionalismo. Consequentemente, as tentativas para demarcar uma nítida linha entre o *mainstream* e as abordagens heterodoxas podem ser contraproducentes, bem como não convincentes. Isso porque tal distinção, em termos de pressupostos ontológicos, negligencia o fato de que todas as teorizações envolvem alguma forma de fechamento teórico, sendo, portanto, impossível distingui-las à la Lawson.

Além disso, a distinção de distintos aportes heterodoxos, não por seus respectivos pressupostos ontológicos, mas por diferentes “referências ou questões de interesse”, ignora a diversidade de hipóteses fundamentais, tanto da economia heterodoxa quanto do velho institucionalismo. Omite também o enfoque ontológico específico dos algoritmos e regras do sistema, que caracterizam as abordagens evolucionárias e institucionais, em seu renascimento contemporâneo. Esse moderno *approach* tem raízes veblenianas muito fortes.

5 À guisa de conclusão

A complexa relação entre crescimento econômico e instituições envolve mais do que uma análise causal. Trata-se de um novo aporte analítico que inter-relaciona complexas variáveis em um sistema aberto, que transcende os limites da análise convencional. Por essa razão, entende-se que o campo heterodoxo teria elementos para contemplar tal dimensão. Castellacci, seguindo proposição de Tony Lawson, associa a compatibilização entre a teorização evolucionária do crescimento e o realismo crítico como capazes de conter elementos à constituição dessa nova ontologia. Não se discorda dessa proposição, mas considera-se que elementos fundamentais, como os propostos por Hodgson relativamente à incorporação na análise dos indivíduos e seus hábitos, são indissociáveis dessa ontologia. Por essa razão, consideramos que a proposição de Hodgson de contemplar esses aspectos, oriundos da contribuição evolucionária e darwiniana de Veblen, fortalece esse campo teórico. E isso na agenda de pesquisa contemporânea constituiria uma nova ontologia, que traria significativos avanços na compreensão da complexa relação entre processo de crescimento econômico e as instituições sociais.

Referências

CASTELLACCI, Fulvio. A critical realist interpretation of evolutionary growth theorizing. **Cambridge Journal of Economics**, v. 30, p. 861-880, 2006.

HODGSON, Geoffrey M. **The evolution of institutional economics: agency, structure and darwinism in American Institutionalism**. New York: Routledge, 2004a.

HODGSON, Geoffrey M. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. **Constitutional Political Economy**, v. 13, p. 111-127, 2002.

HODGSON, Geoffrey M. Veblen and Darwinism. **International Review of Sociology**, Cambridge University, vol. 14, n. 3, 2004.

HODGSON, Geoffrey M. Characterizing institutional and heterodox economics: a reply to Tony Lawson. **Evolutionary and Institutional Economics Review**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2006.

HODGSON, Geoffrey M. **Economics and evolution: bringing life back into economics**. Michigan: University of Michigan, 1993.

HODGSON, Geoffrey M. **Economics and institutions: a manifesto for a modern institutional economics**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1988.

HODGSON, Geoffrey M. **Economics in the Shadows of Darwin and Marx: essays on institutional and evolutionary themes**. Cheltenham: Edward Elgar, 2006a.

HODGSON, Geoffrey M. Some claims made for critical realism in economics: two case studies. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 1, p. 53-73, Mar 2004b.

HODGSON, Geoffrey M. The revival of Veblenian institutional economics. **Journal of Economic Issues**, v. 41, n. 2, p. 325-340, 2007.

HODGSON, Geoffrey M. The ubiquity of habits and rules. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21.6, p. 663-684, 1997.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006b.

HODGSON, Geoffrey M. What is the essence of institutional economics? **Journal of Economic Issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

HODGSON, Geoffrey M.; KNUDSEN, T. The complex evolution of a simple traffic convention: the functions and implications of habit. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 54, n. 1, p. 19-47, 2004.

HODGSON, Geoffrey M.; KNUDSEN, T. Why we need a generalized Darwinism, and why generalized Darwinism is not enough. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 61, n. 1, p. 19, 2006.

JAMESON, Kenneth P. Has institutionalism won the development debate? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 2, p. 369-375, 2006.

LAWSON, T. **Economics and reality**. New York: Routledge, 1997.

LAWSON, T. **Reorienting economics**. New York: Routledge, 2003.

LAWSON, T. The nature of heterodox economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 30, p. 483-505, 2006.

LAWSON, T. The nature of institutional economics. **Evolutionary and Institutional Economics Review**, v. 2, n. 1, p. 7-20, 2005.

NELSON, R. R. Bringing institutions into evolutionary growth theory. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 12, p. 17-28, 2002.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R. R. What enables rapid economic progress: What are the needed institutions? **Research Policy**, v. 37, p. 1-11, 2008.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Harvard University, 1982.

NORTH, D. C. Economic performance through time. **American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-367, 1994.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

PAGANO, U. Bounded rationality, institutionalism and the diversity of economic institutions. In: LOUCÃ, F.; PERLMAN, M. (Ed.). **Is economics an evolutionary science?** The legacy of Thorstein Veblen. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. p. 95-113.

RUTHERFORD, M. H. The old and the new institutionalism: Can bridges be built? **Journal of Economic Issues**, v. 29, n. 2, p. 443-451, 1995.

VEBLEN, Thorstein B. Why is economics not an evolutionary science? *Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 3, p. 373-397, 1898.